

Superior Tribunal de Justiça

PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA Nº 2.356 - SP (2019/0299285-4)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
REQUERENTE : F.F. TRIADE COMERCIAL EIRELI
ADVOGADOS : IRENE ROMEIRO LARA - SP057376
ALVARO MATHEUS DE CASTRO LARA - SP199150
CAROLINE ALMEIDA PRADO LARA DE ANGELO -
SP205184
REQUERIDO : BANCO SAFRA S A
ADVOGADO : EDUARDO FLÁVIO GRAZIANO - SP062672

EMENTA

PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA PROVISÓRIA RECURSAL. CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO AO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA DA DECISÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE ORIGEM. PROGNÓSTICO DESFAVORÁVEL AO RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS Á CONCESSÃO DA TUTELA.

- 1. Ausência de prognóstico favorável ao provimento do recurso especial.*
- 2. No caso concreto, a agravante não logrou demonstrar a existência dos requisitos autorizadores.*
- 3. PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA PROVISÓRIA INDEFERIDO.*

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de pedido de tutela provisória, com pedido de liminar, ajuizado por F.F. TRIADE COMERCIAL EIRELI com fundamento no art. 1.029, § 5º, inciso III, do Código de Processo Civil, objetivando a concessão de efeito suspensivo ao agravo em recurso especial interposto nos autos dos embargos à execução contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (fl. 142):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. Embargos à execução. Custeio da Perícia. Pretensão à inversão do ônus da prova, para que seja determinado ao recorrido, o custeio da perícia. Questão que não se enquadra em qualquer das hipóteses do artigo 1.015, do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido, neste ponto.

Superior Tribunal de Justiça

GRATUIDADE DE JUSTIÇA. Pessoa jurídica. Possibilidade de concessão do benefício às pessoas jurídicas em situações excepcionais, desde que demonstrada a hipossuficiência financeira. Inteligência do art. 98, § 3º, do Código de Processo Civil e da Súmula nº 481 do STJ. Ausência de comprovação na hipótese vertente. Indeferimento mantido.

PEDIDO ALTERNATIVO. Diferimento do recolhimento das custas ao final do processo. Inovação recursal, vedada em nosso ordenamento jurídico. Recurso não provido, com determinação, na parte conhecida.

Consta dos autos que de F.F. TRIADE COMERCIAL EIRELI interpôs agravo de instrumento contra a decisão do juízo de primeiro grau que indeferiu o pedido de inversão do ônus da prova e de concessão de justiça gratuita nos autos da ação de execução ajuizada por BANCO SAFRA S/A.

O Tribunal de Justiça negou provimento ao recurso conforme a ementa acima transcrita.

Interposto recurso especial, o Tribunal de Justiça não admitiu o recurso especial com base no art. 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil.

Nas presentes razões, a recorrente sustentou a presença dos requisitos necessários à concessão da tutela de urgência, quais sejam, probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. No que tange ao *fumus boni iuris*, o requerente asseverou pela elevada probabilidade de provimento do recurso especial, posto que a gratuidade judicial pode ser concedida a qualquer tempo, desde que comprovada a necessidade. Em relação ao *periculum in mora*, destacou o iminente perigo de dano irreparável sob o fundamento de que está em vias de ser declarado precluso o direito de produzir a prova requerida ao juízo de primeiro grau. Por fim, requereu a concessão de efeito suspensivo ao recurso especial interposto acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

É o relatório.

Passo a decidir.

1. Quanto ao cabimento do pedido de tutela provisória:

No âmbito do Superior Tribunal de Justiça, a tutela provisória de

urgência é cabível apenas em situações excepcionais para atribuir efeito suspensivo ou para antecipar a tutela quando houver a satisfação simultânea de dois requisitos, quais sejam, a verossimilhança das alegações - *fumus boni iuris*, consubstanciada na elevada probabilidade de êxito do recurso interposto ou da ação - e o perigo de lesão grave e de difícil reparação ao direito da parte - *periculum in mora*.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA - AÇÃO SECURITÁRIA POR VÍCIOS CONSTRUTIVOS - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE INDEFERIU O PLEITO LIMINAR ANTE A AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA. IRRESIGNAÇÃO DA SEGURADORA.

1. O uso da cautelar/tutela de urgência no âmbito deste Superior Tribunal de Justiça é medida excepcional que visa a impedir o perecimento do direito e a consequente inutilidade do provimento jurisdicional futuro.

2. À concessão do efeito suspensivo aos recursos extraordinários, por meio de tutela de urgência, faz-se necessária a presença concomitante dos requisitos do *fumus boni iuris* e *periculum in mora*: o primeiro relativo à plausibilidade, aferida em juízo sumário, da pretensão recursal veiculada no apelo extremo (sua probabilidade de êxito) e o segundo consubstanciado no risco de dano irreparável que, em uma análise objetiva, revele-se concreto e real. (...) 4. Agravo interno desprovido. (AgInt no TP 363/PE, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 04/05/2017, DJe 10/05/2017)

2. No que tange à plausibilidade do direito invocado:

Segundo a requerente, a probabilidade do direito encontra-se lastreada no fato de que o surgimento de fatos novos e a modificação da sua situação financeira permitem a concessão do benefício da justiça gratuita.

Entretanto, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo asseverou que não restou comprovada impossibilidade da requerente de arcar com as custas do processo (fls. 144/145):

(...)

Em que pese o sustentado pela empresa recorrente, não se

Superior Tribunal de Justiça

verifica a existência de documentos comprobatórios de que esteja impossibilitada de arcar com as custas do presente processo.

Ora, o fato, por si só, de a empresa agravante possuir dívidas não implica, necessariamente, na inexistência de patrimônio para custear as despesas do processo, posto que pode até não estar em situação financeira confortável, mas não comprova situação de "pobreza" na acepção jurídica do termo.

Assim, por mais que se encontrem em dificuldades financeiras, não ficam as pessoas jurídicas dispensadas do cumprimento de suas obrigações fiscais e parafiscais, dentre as quais se incluem as custas e emolumentos relativos a atos judiciais e extrajudiciais nas quais se vejam envolvidas por força do exercício de sua atividade-fim. Oportuno lembrar, nesse aspecto, que mesmo no regime de recuperação judicial podem ser exigidas do devedor as custas processuais relativas a litígios que com ele travarem os credores (art. 5º, II, da Lei nº 11.101/2005), sem que fiquem suspensas, por outro lado, as execuções fiscais (art. 6º, § 7º, do mesmo diploma legal).

Justamente em razão dessa linha de raciocínio, embora não se exclua por completo a possibilidade do deferimento do benefício a pessoas jurídicas, inclusive diante da necessidade de preservação da garantia do amplo acesso à Justiça, essa possibilidade resta condicionada, dado seu caráter excepcional, à demonstração da efetiva impossibilidade de custeio do processo, como se depreende do enunciado da Súmula nº 481 do C. Superior Tribunal de Justiça, bem como de interpretação a contrario sensu do art. 99, § 3º, do Código de Processo Civil.

(...)

No tocante ao pedido alternativo formulado pelo agravante (diferimento do recolhimento das custas processuais ao final da ação), trata-se de inovação recursal, vedada em nosso ordenamento jurídico, daí não se poder dele conhecer.

Nesse contexto, em uma análise perfunctória dos autos, própria das tutelas antecipatórias, não se observa a existência de qualquer teratologia no entendimento adotado pelo Tribunal de Justiça de origem.

A propósito:

**AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE**

INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. 1. SÚMULA 481/STJ. SOCIEDADE EMPRESÁRIA. BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS. INFIRMAR AS CONCLUSÕES DO ACÓRDÃO RECORRIDO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 2. MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. AUSÊNCIA DE MÁ-FÉ OU INTUITO PROTETATÓRIO PELA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO CABÍVEL. 3. MULTA PREVISTA NO § 4º DO ART. 1.021 DO CPC/2015. INAPLICABILIDADE. 4. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Segundo a orientação jurisprudencial desta Corte, sacramentada na Súmula 481/STJ, "faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais". Todavia, no caso dos autos, não houve a demonstração da incapacidade econômica da empresa recorrente, o que afasta a aplicação do verbete sumular e, por outro lado, atrai a incidência da Súmula 7/STJ.

1.1. Além disso, "o direito à gratuidade da justiça da pessoa jurídica em regime de liquidação extrajudicial ou de falência depende de demonstração de sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais, o que não ficou afigurado na espécie" (AgInt no REsp 1.619.682/RO, Relator o Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 15/12/2016, DJe 7/2/2017).

(...)

4. Agravo interno desprovido. (AgInt nos EDcl no AREsp 1476700/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/09/2019, DJe 19/09/2019)

3. Em relação ao perigo da demora:

Verifica-se que não logrou êxito a requerente em demonstrar a existência do requisito autorizador do excepcional provimento acautelatório almejado, qual seja, o *fumus boni juris*, razão pela qual é de rigor o indeferimento do pedido de tutela provisória.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. ATRIBUIÇÃO DE EFEITO ATIVO A RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE REQUISITOS.

1. A concessão de efeito suspensivo ao recurso especial depende do fumus boni juris, consistente na plausibilidade do

Superior Tribunal de Justiça

direito alegado, e do periculum in mora, que se traduz na urgência da prestação jurisdicional.

2. A ausência do "fumus boni iuris" basta para o indeferimento do pedido, sendo, portanto, desnecessário apreciar a questão sob a ótica do "periculum in mora", que deve se fazer presente cumulativamente.

3. Agravo interno não provido. (AgInt no TP 1.124/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/02/2018, DJe 16/02/2018)

Nesse contexto, verifica-se que o presente pedido de tutela provisória não pode ser deferido.

Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator